

A COOPERAÇÃO ACADÊMICA E OS PROCESSOS DE INTERNACIONALIZAÇÃO¹

Egeslaine de Nez²
Marília Costa Morosini³

Resumo:

É notório que no mundo globalizado houveram mudanças para os indivíduos, para as organizações, para a economia e para a Educação. Essas alterações oriundas de um modo de produção diversificado, reforça que o conhecimento, produzido nas pesquisas, assume papel relevante na sociedade. A Educação Superior é central para o desenvolvimento social e econômico, é uma condição *sine qua non* para o desenvolvimento. A relação internacionalização da Educação Superior e globalização é conhecida no pensamento veiculado na Europa, com uma nítida tendência de crescimento. Tem evoluído da mobilidade de pessoas para a circulação de programas, abertura de campi (branch-campus) e instalação de universidades fora do país de origem. Enquanto para alguns é fruto da reestruturação da instituição na exploração de alternativas de autofinanciamento, com a ampliação do mercado e comercialização de serviços; para outros, decorre do incremento tecnológico e do uso intensivo do conhecimento, além da combinação da matriz curricular para a convergência de sistemas avaliativos. Neste artigo, busca-se a partir de um levantamento teórico com abordagem de análise crítica sinalizar fluxos e processos que implementem a cooperação na perspectiva da internacionalização da educação superior brasileira.

Palavras-chave:

Educação Superior. Internacionalização. Cooperação.

PROCESOS DE COOPERACIÓN ACADÉMICA E INTERNACIONALIZACIÓN

Resumen:

Es bien sabido que en el mundo globalizado ha habido cambios para las personas, las organizaciones, la economía y la educación. Estos cambios derivados de un modo de producción diversificado, refuerza que el conocimiento, producido en la investigación, asume un papel relevante en la sociedad. La educación superior es fundamental para el desarrollo social y económico, es una condición *sine qua non* para el desarrollo. La internacionalización de la educación superior y la globalización son bien conocidas en Europa, con una clara tendencia de crecimiento. Ha evolucionado desde la movilidad de las personas hasta la circulación de programas, la apertura de campus (sucursal-campus) y la instalación de universidades fuera del país de origen. Mientras que para algunos es el resultado de la reestructuración de la institución en la exploración de alternativas de autofinanciamiento, con la expansión del mercado y la comercialización de servicios; para otros, se deriva del aumento tecnológico y el uso intensivo del conocimiento, además de la combinación de la matriz

¹ Este artigo está vinculado ao projeto de doutoramento na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Uma versão preliminar foi publicado como capítulo na obra: Guia para a Internacionalização Universitária, pela EDIPUCRS, 2019.

² Pós-Doutoranda e Bolsista PNPd da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Docente da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), Campus Universitário do Araguaia (CUA). E-mail: egeslaine.nez@pucrs.br.

³ PhD e pesquisadora 1A CNPQ. Docente da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Coordenadora do Centro de Estudos de Ensino Superior (CEES). E-mail: marilia.morosini@pucrs.br.

curricular para la convergencia de los sistemas de evaluación. En este artículo, se busca a partir de una encuesta teórica con un enfoque de análisis crítico para los flujos de señal y los procesos que implementan la cooperación en la perspectiva de la internacionalización de la educación superior brasileña.

Palabras clave:

Educación universitaria. Internacionalización. Cooperación.

ACADEMIC COOPERATION AND INTERNATIONALIZATION PROCESSES

Abstract:

It is well known that in the globalized world there have been changes for individuals, for organizations, for the economy and for Education. These changes arising from a diversified production mode, reinforces that knowledge, produced in research, assumes a relevant role in society. Higher Education is central to social and economic development, it is a sine qua non for development. The internationalization of Higher Education and globalization is well known in Europe, with a clear growth trend. It has evolved from the mobility of people to the circulation of programs, opening of campuses (branch-campus) and installation of universities outside the country of origin. While for some it is the result of the restructuring of the institution in the exploration of self-financing alternatives, with the expansion of the market and commercialization of services; for others, it stems from the technological increase and the intensive use of knowledge, in addition to the combination of the curriculum matrix for the convergence of evaluation systems. In this article, it is sought from a theoretical survey with a critical analysis approach to signal flows and processes that implement cooperation in the perspective of the internationalization of Brazilian higher education.

Key words:

Higher Education. Internationalization. Cooperation.

Introdução

“La importancia [...] de la cooperación internacional yace en la relevancia que tiene el trabajo colaborativo con las distintas organizaciones, a nivel mundial, en proyectos comunes hacia la trascendencia de la educación en otras esferas que tienen impacto social, político y económico”.

(GÓMEZ e ANZOLA-PARDO, 2015, p. 13).

O momento atual está marcado por tendências de ordem econômica, cultural e social que geram desafios e interferem no destino de povos e nações. A globalização econômica em busca de espaço na sociedade recorre à Educação e observam nela um meio para atingir seus objetivos. Essas transformações no contexto sócio-histórico e econômico mundial geram contextos emergentes, isso significa dizer: “configurações em construção na educação superior observadas em sociedades contemporâneas e que convivem em tensão com concepções pré-existentes, refletoras de tendências históricas” (MOROSINI, 2014, p. 386).

Desse modo, representa contextos que possuem um ethos do desenvolvimento humano e social presentes na globalização. Ainda que exista uma relutância das universidades “[...] de assumir o fato de que são, acima de tudo, agências de desenvolvimento humano e social” (BAWDEN, 2013, p. 49).

Nessa direção, a internacionalização, longe de ser uma discussão atual, é um dos grandes desafios imputados as políticas públicas que buscam dialogar dentro deste contexto. Por ser um termo polissêmico, com significados diferentes, “não envolve apenas a relação entre os países, e sim as relações entre culturas e entre o global e o local” (DE WIT, 2013, p. 69). Em sendo, dessa forma, é um processo intencional de integrar uma dimensão internacional, intercultural ou global nos objetivos da Educação Superior, a fim de melhorar a qualidade da pesquisa, proporcionando uma contribuição significativa.

A internacionalização se baseia em relações entre instituições e países, sendo “considerada como qualquer esforço sistemático que tenha como objetivo tornar a Educação Superior mais respondente às exigências e desafios relacionados à globalização da sociedade, da economia e do mercado de trabalho” (MOROSINI, 2006, p. 192), permeadas por diferentes racionalidades.

A relevância para a produção desta investigação pontua-se nas tendências de se internacionalizar, observando as tensões que a globalização vem provocando. Estas tensões servem como ponto de partida, para se justificar os desafios apontados que alargam as reflexões sobre a educação superior no Brasil, no que tange especialmente a cooperação, que é uma ferramenta das políticas de desenvolvimento das universidades, uma vez que permite sua inserção como ator/protagonista.

O aprofundamento e fortalecimento das características das instituições de nível superior são requisitos primordiais para articular processos de cooperação com espaços e atores que acumularam maior experiência nesse campo, dada sua importância no processo de internacionalização.

Este estudo tem como objetivo sugerir fluxos que implementem a cooperação e, consecutivamente a mobilidade acadêmica, buscando propor ações indicativas de como internacionalizar a universidade. O procedimento metodológico utilizado foi um levantamento bibliográfico com análise crítica. O artigo está dividido em duas partes, além da introdução e das considerações finais. A primeira apresenta aspectos teóricos relacionados ao conceito de cooperação internacional; e, a segunda, destaca os fluxos necessários para o desenvolvimento de práticas de cooperação.

1 Internacionalização e cooperação: apontamentos teóricos

Ao longo das últimas décadas, no mundo contemporâneo, vêm acontecendo transformações de todo tipo de ordem financeira, social ou educacional. Desse modo, ressalta-se a tendência de internacionalização da Educação Superior e seus desdobramentos. Esse tema é pauta de estudos na contemporaneidade, período histórico em que inovações técnicas e científicas têm se tornado essenciais. Na verdade, é inerente ao desenvolvimento da Educação Superior e a sua expansão é inevitável, diante da sociedade globalizada e do conhecimento (HARGREAVES, 2004 e DIDRIKSSON, 2008).

A discussão sobre a internacionalização da educação superior decorre de iniciativas que já vinham de longe, em 2003, a Segunda Reunião dos Parceiros da Educação Superior Paris+5, que teve como objetivo discutir a *cooperação internacional* para a melhoria da sua qualidade, administração e financiamento. Neste encontro, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) apontava ações estratégicas no fortalecimento da internacionalização; combinação das racionalidades acadêmica e econômica; importância do contexto global na discussão sobre políticas no nível institucional (ZAMBERLAN, 2009).

A Unesco ainda alertou as instituições que não deveriam somente reagir diante das forças resultantes da globalização, mas idealizar a cooperação internacional como parte integrante de sua *missão institucional criando mecanismos e estruturas apropriadas para promovê-la* (NEZ, 2014). A cooperação envolvia os primeiros contextos da internacionalização. A tendência que o Brasil seguiu estava fundamentada na perspectiva de cooperar com as demais nações, isso se iniciou timidamente, em resposta às prioridades governamentais. Concretizou-se, ao longo dos anos, em ações que aproximaram o governo e as instituições de educação superior, objetivando ampliar as condições que favoreceriam a *expertise* para o desenvolvimento do país (LIMA e CONTEL, 2011).

Vale ressaltar que para o conceito de internacionalização, há uma variedade de interpretações, sendo objeto de diferentes definições. Observa-se que é algo discutido há um tempo considerável e algumas formulações tendem a privilegiar determinados aspectos em detrimento de outros. O conceito oscila entre uma visão minimalista, instrumental e estática, na busca de financiamento externo; e uma visão complexa, orientada por políticas que permeiam a cultura, o currículo, o ensino e a pesquisa (MOROSINI, 2006).

Enquanto algumas destacam aspectos internos às instituições, outras priorizam o ambiente e a influência que é capaz de exercer sobre a organização das atividades acadêmicas

(KNIGHT, 2005). Atualmente, tem evoluído da mobilidade de pessoas para a circulação de programas e abertura de *campi (branch-campus)*. Dessa forma, enquanto para alguns é fruto da reestruturação das universidades na exploração de alternativas de financiamento (ampliação do mercado e comercialização de serviços); para outros, decorre do incremento tecnológico e do uso intensivo do conhecimento, além da combinação da matriz curricular para a convergência de sistemas (MOROSINI, 2006).

Didriksson (2008) esclarece que a partir da Declaração Mundial sobre a Educação Superior no século XXI, proposta na Conferência Mundial pela Unesco, em 1998, a internacionalização “[...] deberá procurar impulsar el uso y manejo creativo de las nuevas tecnologías, acrecentar la responsabilidad del Estado en el financiamiento público y poner en marcha nuevos mecanismos de *cooperación* internacional” (p. 404 – grifos nossos). Essa abordagem favorece a socialização do conhecimento e a cooperação além das fronteiras norte-norte.

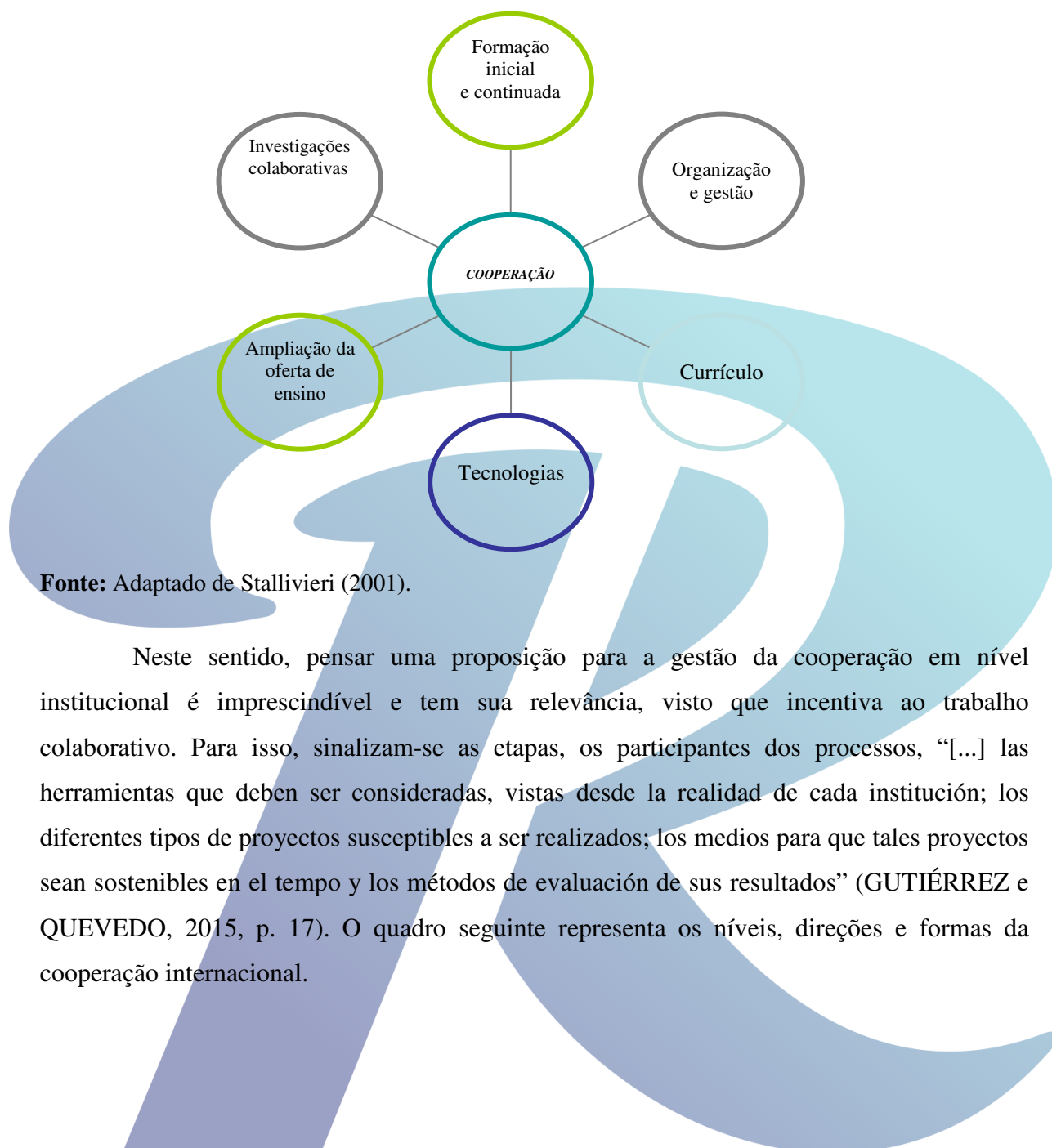
A discussão acerca da cooperação é complexa, devido à multiplicidade de formas, interesses e justificativas. Todavia, essa discussão teórica-histórica não esgota os contextos emergentes, no que toca principalmente a internacionalização que vem se expandindo de formas e maneiras diversificadas.

2 Fluxos para a cooperação internacional

Entre os eixos da internacionalização, encontra-se a cooperação compreendida como um instrumento de reciprocidade que se apóia na busca de: “[...] la complementariedad de las capacidades recíprocas para facilitar la realización de actividades conjuntas y la asociación com ‘pares’ para un beneficio mutuo que favorezca procesos de desarrollo mediante la transferencia de recursos técnicos y financeiro” (GUTIÉRREZ e QUEVEDO, 2015, p. 17-grifo do autor), que ocorrerá entre os atores.

A cooperação é um instrumento eficaz nas estratégias de internacionalização, que devem ser inscritas nos planos de desenvolvimento institucional (PDI) (SEBASTIÁN, 2005). Acontece em níveis e direções que se materializam como ferramentas para as práticas que levem a sua execução. As áreas de cooperação para a melhoria da internacionalização das universidades são amplas e variadas, cabe a cada instituição definir quais são os seus objetivos e definir o atendimento a melhor situação e/ou demanda. Têm-se algumas situações exemplificadoras na figura seguinte:

Figura 1 – Áreas de cooperação



Fonte: Adaptado de Stallivieri (2001).

Neste sentido, pensar uma proposição para a gestão da cooperação em nível institucional é imprescindível e tem sua relevância, visto que incentiva ao trabalho colaborativo. Para isso, sinalizam-se as etapas, os participantes dos processos, “[...] las herramientas que deben ser consideradas, vistas desde la realidad de cada institución; los diferentes tipos de proyectos susceptibles a ser realizados; los medios para que tales proyectos sean sostenibles en el tiempo y los métodos de evaluación de sus resultados” (GUTIÉRREZ e QUEVEDO, 2015, p. 17). O quadro seguinte representa os níveis, direções e formas da cooperação internacional.

Quadro 1 – Níveis, direções e formas da cooperação internacional

TIPOS DE COOPERAÇÃO	AÇÕES PRÁTICAS
Cooperação interinstitucional	Intercâmbio técnico; Apoio aos “pares” em outros países.
Cooperação sul-sul	Horizontalidade; Solidariedade; Interesse; Benefício mútuo de desenvolvimento; Apoio prioritário.
Cooperação triangular	Cooperação tradicional ou vertical; Cooperação sul-sul; Cooperação para um terceiro país em desenvolvimento.
Cooperação bilateral	Dois países ou instituições participam com os quais o governo tem relacionamentos.
Cooperação multilateral	Organismos internacionais e regionais participam com recursos próprios.
Cooperação técnica	Transferência de técnicas, tecnologias, conhecimento, habilidades ou experiências para apoiar o desenvolvimento socioeconômico dos países envolvidos.
Cooperação financeira	Recursos para projetos de desenvolvimento; Reembolsável com facilidade de acesso ao crédito; Não reembolsável com recursos em dinheiro.
Cooperação cultural	Atividades em áreas culturais integrando equipes, doações de material, formação ou intercâmbios.
Bolsas de estudo	Formação de pessoal técnico, investigadores ou funcionários/técnicos, através de formação noutro país.
Ajuda humanitária	Ações, medidas e programas para prevenir e aliviar o sofrimento; Proteger a vida e dignidade das pessoas e comunidades afetadas por desastres naturais ou conflitos armados; Produtos alimentícios para aumentar a auto-suficiência e garantir segurança alimentar como a base do seu processo de desenvolvimento.

Fonte: Adaptado de Gutiérrez e Quevedo (2015).

No que tange especificamente aos tipos de cooperação, na direção sul-sul destaca-se o Mercosul Educacional, caracterizado como um espaço de coordenação de políticas educacionais que reúne países associados desde 1991. Entre eles, participam: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai, Uruguai e Venezuela.

Sua missão é formar um espaço educacional, por meio da coordenação de políticas que articulem a educação com o processo de integração, estimulando a mobilidade, o intercâmbio e a formação de uma identidade e cidadania regional. Tem como finalidade alcançar uma educação de qualidade, com atenção especial aos setores mais vulneráveis, para um processo de desenvolvimento com justiça social e respeito à diversidade cultural. Ressalta-se que sua visão é compor um espaço regional que garanta uma educação com equidade e qualidade, caracterizada pela interculturalidade e diversidade, que contribuam para a democratização dos sistemas educacionais, oferecendo condições para a paz, por meio do

desenvolvimento social, econômico e humano sustentável (MERCOSUL EDUCACIONAL, 2019).

Ainda no sul-sul, o Brasil instituiu um Programa de Cooperação Científica Estratégica com o Sul Global/COOPBRASS, que fomenta o intercâmbio e a mobilidade entre universidades e institutos de pesquisa, sediadas em países com o qual mantenha acordo na área de Cooperação Educacional, Cultural ou de Ciência e Tecnologia (CAPES, 2019).

Entre seus objetivos, destacam-se: expandir o conhecimento por meio da colaboração com o sul global; estimular a formação de redes de pesquisa sustentáveis e apoiar as já existentes; estabelecendo parcerias institucionais em todas as áreas do conhecimento.

Outros casos práticos de cooperação é a Rede Global Universitária de Inovação (GUNI) criada em 1999 e apoiada pela UNESCO e pela Associação Catalã de Universidades Públicas (ACUP), que possui escritórios regionais na Ásia e no Pacífico, na América Latina e no Caribe, na África Subsaariana, nos Estados Árabes e na Europa. Teve como princípio basilar dar continuidade e facilitar a implementação das principais decisões da Conferência Mundial sobre Educação Superior de 1998. Suas atividades se desenvolvem por meio de: seminários, workshops e conferências; projetos internacionais; escola internacional de verão; redes globais e regionais (GUNI, 2019).

Ainda relacionado ao quadro 1 que trata dos níveis e formas da cooperação internacional, no norte-norte, destaca-se o Centro de Investigação de Políticas do Ensino Superior (CIPES) que é uma associação privada fundada pela Universidade do Porto e pela Universidade de Aveiro e aberta a outras instituições parceiras.

Centrando suas atividades na área das políticas do ensino superior, o CIPES busca se tornar um centro de referência em Portugal e no mundo, atualmente é um importante espaço dedicado as discussões dessa temática. Desde seu processo de criação, considerou a internacionalização como uma das suas atividades chave. Participa de vários projetos nacionais e internacionais e possui cerca de 25 investigadores. Está organizado em torno de três linhas de investigação: políticas ao nível do sistema de ensino superior; análise institucional e organizacional; e, recursos humanos e capital (CIPES, 2019).

No indicativo da relação com a China, o Instituto Confúcio é uma instituição sem fins lucrativos dedicada ao ensino da língua e da cultura chinesas. Foi fundado em 2004 pela Universidade de Comunicação da China (UCC), com o suporte pedagógico, cultural e financeiro da sede matriz, localizada em Pequim (China).

O Instituto opera em cooperação com universidades em todo o mundo, e o financiamento é compartilhado entre a Hanban e as instituições de acolhimento. Inúmeras vezes foi equiparado com organizações de promoção linguística e cultural, como o Instituto Camões, o British Council, a Alliance Française, a Società Dante Alighieri, o Instituto Cervantes e o Goethe-Institut (INSTITUTO, 2019). No Brasil, estão instalados nas cinco regiões do país: Universidade Estadual Paulista (UNESP), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade de Brasília (UNB), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade de Pernambuco (UPE), Universidade Federal do Ceará (UFC) e Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO).

Ao longo dos anos vem realizando uma série de atividades, entre as quais se destacam: curso de língua chinesa, exames de proficiência (HSK e HSKK), cursos e atividades culturais, Summer Camp, bolsas de estudos e competição internacional da língua chinesa Chinese Bridge (INSTITUTO, 2019).

Uma das formas de promoção da cooperação é o Programa Institucional de Internacionalização (PrInt) do governo federal que tem como objetivos entre outros propósitos: fomentar a construção, a implementação e a consolidação de planos estratégicos de internacionalização; estimular a formação de redes de pesquisas internacionais; ampliar as ações de apoio à internacionalização na pós-graduação; promover a mobilidade de docentes e discentes (BRASIL, 2019). Suas ações prevêm: missões de trabalho e bolsas no exterior; professor visitante júnior, professor visitante sênior, “summer/winter schools”, bolsas no país: jovem talento, pós-doutorado, entre outras possibilidades.

O PrInt foi lançado em 2017, recebeu propostas de cento e oito universidades e institutos de pesquisa. A meta da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) era atender até quarenta instituições, mas apenas vinte e cinco foram selecionadas na primeira etapa. Ao final do processo, trinta e seis propostas foram contempladas e estão em andamento (BRASIL, 2019).

A PUCRS foi uma das instituições selecionadas por meio do Programa de Pós-Graduação em Economia do Desenvolvimento, com o projeto intitulado: Aspectos macro e microeconômicos associados ao desenvolvimento econômico, social, humano e ambiental. Aborda os seguintes temas prioritários: 1. saúde no desenvolvimento humano; 2. mundo em movimento: indivíduos e sociedade; 3. tecnologia e biodiversidade: sustentabilidade, energia



e meio ambiente. Essas linhas de investigação estão articuladas em quatorze projetos de pesquisa em cooperação internacional (PUCRS PrInt, 2019).

Existem ainda vários projetos para a cooperação internacional desenvolvidas pela PUCRS, em destaque a Universidade de Groningen (Holanda), na área da Medicina, em especial, no campo da Gerontologia; além disso, há bolsas anuais para curso de verão na Alemanha com ajuda de custo. Uma das parcerias consolidadas é com a University of Oxford e Newcastle University, no âmbito do Museu; por fim, há um destaque nas parcerias estratégicas com a Universidade de Bonn (Alemanha), no Centro de Estudos Europeus e Alemães (CDEA).

Enquanto desdobramentos dos tipos e áreas de cooperação buscou-se refletir sobre sua operacionalização, valendo-se da reflexão de como implementá-los para colocá-los em ação. Para isso, é preciso cooperar nos seguintes aspectos: projetos; doações; bolsas; intercâmbio; estágios; cursos, entre inúmeras outras formas.

Os encaminhamentos organizados a partir de quatro eixos para fomento e ampliação da cooperação internacional seguem no quadro que segue:

Quadro 2 – Eixos de ações, fluxos e resultados

AÇÃO	FLUXOS DE ESTRATÉGIAS
Ações políticas institucionais	1. Levantar demandas situacionais das áreas do conhecimento; 2. Identificar metas a curto, médio e longo prazo; 3. Apoiar a política de cooperação com universidades; 4. Implementar plano institucional de internacionalização construído por institutos/faculdades, departamentos/centros; 5. Incentivar mudanças no papel da gestão de uma instituição internacionalizada.  <i>RESULTADO:</i> gerar cultura globalizada e interiorizada baseada na filosofia/plano da instituição.
Ações conceituais	1. Compreender o conceito de internacionalização que deve refletir a missão da instituição; 2. Debater o tema, focando sua importância e os modelos já existentes e planos futuros de cooperação internacional; 3. Discutir e analisar o processo de interiorização a partir da internacionalização; 4. Construir com os grupos, centros e núcleos de pesquisa e de extensão uma descrição com características e interesses de todas as áreas do conhecimento.  <i>RESULTADO:</i> articular o ensino, a pesquisa e a extensão ao modelo globalizado e interiorizado da universidade.

<p>Ações operacionais</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Formalizar os processos de criação dos espaços que congreguem formas de internacionalizar, tais como: secretarias de apoio jurídico, comunicação e organização acadêmica; 2. Gerenciar uma equipe de gestores responsáveis pela cooperação internacional, controlando rotinas e processos; 3. Realizar acordos e convenções regionais, nacionais e internacionais que facilitem e promovam a cooperação e mobilidade acadêmica; 4. Promover o processo de negociação, formalização e concretização de acordos de cooperação internacional com instituições estrangeiras; 3. Proporcionar qualificação e participação em redes científicas com incentivos financeiros institucionais; 5. Atrair parcerias de estudantes e pesquisadores para o protagonismo internacional e interiorizado; 6. Promover a troca de boas práticas em feiras, congressos, eventos, publicações e demais atividades afins. <p style="text-align: center;">↓</p> <p><i>RESULTADO:</i> viabilizar a execução dos fluxos necessários à cooperação internacional.</p>
<p>Ações científicas</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estimular a produção acadêmica e científica, por meio de projetos de pesquisa integrados ou em coautoria; 2. Disseminar produtos de pesquisa que possibilitem visibilidade em associações internacionais; 3. Promover o multilinguismo e o multiculturalismo dentro da comunidade acadêmica para o trabalho coletivo; 4. Determinar o impacto que cada grupo, centros e núcleos terão no desenvolvimento dos projetos internacionalizados e interiorizados; 5. Mobilizar grupos e redes que funcionarão como catalisadores do processo de cooperação; 6. Incentivar alianças estratégicas, parcerias, associações e redes de investigação internacionais. <p style="text-align: center;">↓</p> <p><i>RESULTADO:</i> incentivar ações mediadoras dos processos e fluxos de cooperação internacional.</p>

Fonte: Baseada em SUCTI (2019) e Maillard (2019).

Nessa direção, a organização de alianças para a cooperação está diretamente relacionada com os objetivos propostos nos fluxos institucionais, quer seja em ações políticas institucionais, conceituais, de operacionalização dos processos ou científicas. Vale destacar que para uma política de cooperação internacional se concretizar, é preciso esforço coletivo individual e coletivo.

Entre os quais se destacam: intercâmbio; redes de cooperação internacionais (com objetivos claramente definidos e articulados ao PDI); projetos de investigação colaborativa (com alcance global, sem deixar de ser local); recursos de fontes variadas de financiamento; participação em reuniões locais, regionais, nacionais e internacionais; convênios e acordos de

colaboração científicos; títulos acadêmicos; criação de centros de excelência de reconhecimento mundiais; formação de quadros altamente capacitados (técnicos, alunos e docentes); socialização e difusão das informações que oportunizam inserção internacional.

Considerações finais

“Esperamos que estas guías en internacionalización puedan ser referentes para administradores de la educación superior en Colombia y *para todos aquellos interesados en obtener orientación técnica en sus procesos de internacionalización* y que se conviertan en una hoja de ruta para aquellas IES interesadas en fortalecer sus procesos de calidad e internacionalización con fines de acreditación”

(RAMÍREZ, 2015, p. 10 – grifos nossos).

Neste contexto sócio-histórico gerador de contextos emergentes, a internacionalização é um processo que integra diferentes atividades para a mobilidade acadêmica, colaboração em pesquisa, projetos internacionais, abordagens curriculares entre inúmeras possibilidades. Segundo a Unesco, o processo de internacionalização das universidades insere-se dentro do contexto mundial de globalização, com implicações econômicas, sociais, políticas e culturais para a educação superior, de tal forma que os dois conceitos se complementam.

A nova dinâmica imposta pela globalização levou as universidades a definirem novas políticas e estratégias para posicionamento frente a novas demandas da sociedade e do mercado em geral. Nessa direção, as instituições de educação superior devem potencializar políticas, diretrizes, prospecção e monitoramento de atividades e melhores práticas de cooperação internacional.

Em algumas universidades não há política clara de internacionalização e ela, na verdade, ocorre por meio de iniciativas individuais de programas de pós-graduação, tendo como foco a mobilidade acadêmica e acordos de cooperação técnico-científicos, que algumas vezes não são institucionalizados. Todavia, as parcerias pontuais e sazonais podem ser ampliadas para toda a universidade, solidificando a internacionalização e construindo fluxos de operacionalização da cooperação.

Assim, há um encaminhamento no sentido de se constituir um centro institucional de cooperação, que seja preparado para a coordenação e aprimoramento de processos para ampliar oportunidades. Isso sinaliza que a cooperação internacional exige o comprometimento da administração, dos docentes, dos funcionários e estudantes. Portanto, todos devem atuar

com força propulsora e integradora, que gere resultados e incidam a curto, médio e longo prazo sobre as atividades de ensino, pesquisa e extensão que se articulem aos planos e projetos institucionalizados com vistas à cooperação.

Levando em consideração a finalidade deste estudo que foi sugerir fluxos e detalhar processos que implementem a cooperação e, consecutivamente a mobilidade acadêmica, vislumbrou-se a proposição de ações indicativas de como internacionalizar a universidade. Neste sentido, as áreas de cooperação para a melhoria da internacionalização das universidades são amplas e variadas, cabe a cada instituição definir quais são os seus objetivos e definir o atendimento a melhor situação e/ou demanda.

Referências

BAWDEN, R. O objetivo educador da educação superior para o desenvolvimento humano e social no contexto da globalização. GUNI. **Educação superior em um tempo de transformação: novas dinâmicas para a responsabilidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013.

BRASIL. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/pt/cooperacao-internacional/multinacional/programa-institucional-de-internacionalizacao-capes-print>. Acesso em: 04 jun. 2019.

CAPES. Programa de Cooperação Científica Estratégica com o Sul Global/COOPBRASS, Disponível em: <http://capes.gov.br/pt/cooperacao-internacional/multinacional/pve/programa-de-cooperacao-brasil-sul-sul-coopbrass>. Acesso em: 13 jul. 2019.

CIPES. Centro de Investigação de Políticas do Ensino Superior. Disponível em: <https://www.cipes.pt/>. Acesso em: 15 jul. 2019.

DE WIT, H. Misconceptions about (the end of) internationalization, challenges and opportunities for the future Hans. In: GACEL-ÁVILA, Jocelyne. **Internacionalización de la educación superior**. 2017. Disponível em: <http://www.mineducacion.gov.co/1621/article-196472.html>. Acesso em: 04 jun. 2019.

DIDRIKSSON, A. Educación superior y sociedad del conocimiento en América Latina y el Caribe, desde la perspectiva de la Conferencia Mundial de la UNESCO. TUNNERMANN B, C. **La educación superior en América Latina y el Caribe: diez años después de la Conferencia Mundial**. Colômbia: IESALC/UNESCO, 2008. Disponível em: http://www.iesalc.unesco.org.ve/index.php?option=com_fabrik&c=form&view=details&Itemid=840&fabrik=10&rowid=5&tableid=10&lang=es. Acesso em: 12 ago. 2011.

GÓMEZ, P. A. M.; ANZOLA-PARDO, G. **Editorial**. Guías para la internacionalización de la educación superior: cooperación internacional. Bogotá: Ministério da Educação, 2015.

GUNI. Disponível em: <https://www.guni.com.br/>. Acesso em: 11 jul. 2019.

GUTIÉRREZ, S. L. S.; QUEVEDO, J. C. M. **Guías para la internacionalización de la educación superior: cooperación internacional**. Bogotá: Ministério da Educação, 2015.

HARGREAVES, A. **O ensino na sociedade do conhecimento: educação na era da insegurança**. Porto: Porto, 2004.

INSTITUTO Confucio na UFRGS. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/confucio/>. Acesso em: 11 jul. 2019.

LIMA, M. C.; CONTEL, F. B. **Internacionalização da educação superior: nações ativas, nações passivas e a geopolítica do conhecimento**. São Paulo: Alameda, 2011.

MAILLARD, N. **O gestor de relações acadêmicas internacionais no Brasil: práticas, papéis e desafios**. Porto Alegre: UFRGS, 2019.

MERCOSUL EDUCACIONAL. Disponível em: <http://www.edu.mercosur.int/pt-BR/> . Acesso em: 12 jul. 2019.

MOROSINI, M. C. Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior: conceitos e práticas. **Educar**. Curitiba, n. 28, 2006.

MOROSINI, M. C. Qualidade da educação superior e contextos emergentes. **Avaliação**. Campina, v. 19, n. 2, jul. 2014.

NEZ, E. **Em busca da consolidação da pesquisa e da pós-graduação numa universidade estadual: a construção de redes de pesquisa**. Tese de Doutorado em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2014.

PUCRS PrInt. Disponível em : <http://www.pucrs.br/print/>. Acesso em: 20 jul. 2019.

SEBASTIÁN, J. La internacionalización de las universidades como estrategia para el desarrollo institucional. **Innovación Educativa**. v. 5, n. 26, mayo-jun. 2005.

SYSTEMIC university change towards internationalization (SUCTI). Disponível em: <http://www.suctiproject.com>. Acesso em: 13 jul. 2019.

STALLIVIERI, L A **Cooperação Internacional na Universidade de Caxias do Sul**. Palestra proferida no III Encontro Nacional de Ensino de Línguas Estrangeiras. Caxias do Sul, 2001.

ZAMBERLAN, J. *Et all.* **Estudantes internacionais: no processo globalizador e na internacionalização do ensino superior**. Porto Alegre: Solidus, 2009.